

As Línguas Indígenas da Amazônia na Ciência e nas Sociedades
Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA
16-19/3/1996

PANORAMA DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA
Aryon D. Rodrigues
Universidade de Brasília

1. *Sobre os conceitos de Amazônia e de línguas amazônicas.*

O critério básico para definir uma área geográfica como a Amazônia é certamente a bacia hidrográfica do rio Amazonas: Amazônia será toda a área de terras banhadas pelo rio Amazonas e por seus afluentes e sub-afluentes. Esta definição simples, de pura geografia física, pode satisfazer as principais necessidades de identificar fenômenos como sendo de ocorrência amazônica, mas deixa em aberto vários problemas de delimitação. Por exemplo, os limites entre as terras da Bacia Amazônica e as da Bacia do Orinoco, ou entre as terras da primeira e as da bacia do Paraguai-Paraná; ou então, em que medida as terras banhadas pelo rio Tocantins e seus afluentes podem ser consideradas amazônicas? Certamente os conceitos de Amazônia envolvem também outros fatores naturais, como os climáticos e os de distribuição de flora e fauna. A esses critérios físicos e biológicos se sobrepõem freqüentemente critérios geopolíticos internacionais ou nacionais, que tendem a alargar ou a restringir a área definida como amazônica. Exemplo de critério geopolítico internacional é o Pacto Amazônico, de cooperação econômica e cultural; exemplo de critério geopolítico nacional é, no Brasil, para fins de incentivos ao desenvolvimento, a definição da Amazônia Legal. Vou ater-me aqui, quanto possível, ao critério hidrográfico.

Embora a maioria das línguas indígenas faladas hoje nas áreas banhadas pelo sistema fluvial do rio Amazonas possam ser tranqüilamente chamadas de amazônicas, há problemas para o conceito de *línguas amazônicas* dentro e fora dessas áreas. Há línguas que representam intrusões mais ou menos recentes na Amazônia e há línguas fora desta região que se filiam geneticamente a grupos lingüísticos tipicamente amazônicos. Exemplos do primeiro caso são as línguas da família Jê faladas no rio Xingu, como o Suyá, o Kayapó ou o Panará (também conhecido como Kren-akrôre). O segundo caso é exemplificado, no sul, pelos dialetos Guaraní (família Tupí-Guaraní) da bacia do Paraguai-Paraná, e, no norte, pelo Caribe Insular e seu descendente atual, o Garífuna, da família Aruák, no Mar Caribe e em Honduras e Belize.

Do ponto de vista do lingüista, a expressão *línguas amazônicas* poderia referir-se, ainda, a características tipológicas: há um ou mais de um tipo lingüístico amazônico? ou há fenômenos lingüísticos típicos da Amazônia? distinguem-se sistematicamente as línguas amazônicas das línguas andinas ou das chaquenhas ou das do Brasil oriental?

2. *As famílias lingüísticas da Amazônia.*

Vou tomar como referência básica o conceito genético de família lingüística associado à definição hidrográfica de Amazônia. No estudo classificatório das línguas indígenas da América do Sul o termo *família* (às vezes, em autores de língua inglesa, *stock* e, em especialistas alemães, *Gruppe*) já tem uma tradição de um século (Adam 1890, 1893,

1896, 1897, 1899, Brinton 1891, Steinen 1892, Koch-Grünberg 1903, Chamberlain 1907, 1910, 1913, Rivet 1911, 1912, 1916, 1924, Créqui-Montfort 1913, 1921/23, etc.). Embora os critérios para identificar as famílias e para descobrir suas relações internas tenham progredido *pari passu* com o aumento do conhecimento efetivo das línguas que as compõem (aliás, um progresso demasiadamente lento nos primeiros três quartos deste século), o quadro geral da classificação genética (ou, em muitos casos, intencionalmente genética) das línguas sul-americanas pouco mudou nos últimos 50 anos. Ainda que tenham surgido algumas propostas radicais de redução do número de famílias lingüísticas pela associação de muitas destas em agrupamentos mais abrangentes, a maioria dessas propostas, por falta de evidências em seu favor, ainda não passam de meras hipóteses especulativas. Isto vale tanto para as associações sugeridas a Mauricio Swadesh, há 40 anos, por suas comparações lexicó-estatísticas (Swadesh 1958), como para as igualmente antigas, mas reapresentadas mais recentemente por Joseph Greenberg, a partir do que este chama de "método de comparação multilateral" (Greenberg 1960, 1987). As observações críticas que há 30 anos pude fazer a umas e outras dessas propostas (Rodrigues 1966, 1974) continuam válidas e não precisam ser retomadas aqui, sobretudo depois que a reapresentação de Greenberg provocou grande número de críticas dos dois lados do Atlântico.

Com respeito às famílias lingüísticas presentes na Amazônia, o progresso de nosso conhecimento, sobretudo neste último quarto de século, tem consistido principalmente, por uma parte, na multiplicação e no aprofundamento dos estudos descritivos de línguas das mais variadas famílias, inclusive de línguas "isoladas", isto é, línguas que, segundo o estado atual do conhecimento, são membros únicos de suas famílias; e, por outra parte, na consolidação do reconhecimento de algumas famílias, pela aplicação a elas do método histórico-comparativo e pela reconstrução de propriedades das respectivas proto-línguas, na medida em que a documentação, análise e descrição das línguas o tem permitido.

O panorama lingüístico da Amazônia se caracteriza, hoje, pelo predomínio de três famílias lingüísticas amplamente distribuídas no espaço geográfico: a Aruák, a Karíb e a Tupi-Guaraní, em contraste com um grande número de famílias menores, que em parte se justapõem às maiores e em parte se intercalam no meio delas. A família Aruák, que, com um certo grau de confusão, alguns vêm chamando de Maipúre, está fortemente representada tanto ao sul como ao norte do rio Amazonas e em ambos os extremos ultrapassa os limites da Amazônia. O maior número de suas línguas e também dos subgrupos em que estas podem ser ordenadas se encontra em plena Amazônia, predominantemente do centro para o oeste desta região. Duas línguas, entretanto, situaram-se no extremo leste: o já extinto Aruã, na Ilha de Marajó, e o Palikúr, no Amapá. As línguas que se acham na bacia do rio Paraguai, o Teréna e o Guaná, fazem parte do subgrupo meridional, também presente na Amazônia boliviana, com o Mojo e o Bauré, no alto Mamoré. Ao norte, um subgrupo, o chamado de "línguas *ta*", chegou a estender-se pela bacia do rio Orinoco e pela costa e ilhas do mar Caribe. Um terceiro subgrupo se encontra nos afluentes ocidentais do Orinoco, especialmente no Guaviare e no Vichada (Piapoko) e no Meta (Achagua). Os demais subgrupos se situam inteiramente dentro da Amazônia. A família Aruák é, portanto, essencialmente amazônica; pelo número de línguas que tem é a maior família lingüística desta região.

Essencialmente amazônica em sua distribuição é também a família Karíb, igualmente presente tanto ao norte como ao sul do rio Amazonas, porém, em contraste com a Aruák, predominantemente do centro para o leste. Uma língua, entretanto, o Karihona (Carijona), se situa bem a oeste, entre o alto Caquetá e o alto Vaupés. O maior número de suas

línguas se encontra ao norte, onde também ultrapassa os limites da Amazônia e alcança a costa do mar Caribe. Ao sul do Amazonas ela se limita ao vale do rio Xingu, onde se podem distinguir dois ou três sub-grupos. Um membro desta família, o Palmela, que no fim do século passado era falado no rio Guaporé, um dos formadores do Madeira, na fronteira Brasil/Bolívia, representava uma migração muito recente de uma língua norte-amazônica.

Em contraste com Aruák e Karib, a família Tupí-Guaraní é essencialmente sul-amazônica. Hoje há pelo menos quatro línguas desta família ao norte do rio Amazonas: além da Língua Geral Amazônica, aí introduzida nos afluentes setentrionais do grande rio pelos mestiços de portugueses e índios a partir do século XVII, há o Wayampí no Amapá e na Guiana Francesa e nesta também o Emérillon, e ainda, a oeste destes, o recentemente descoberto Yo'é, possivelmente o mesmo que em documentos dos séculos XVIII e XIX foi referido com o nome de Apama, no rio Paru. Como está demonstrado para o Wayampí (Grenand 19xx, Gallois 19xx), também os outros dois devem ter atravessado o rio Amazonas no século XVII, havendo partido do baixo Xingu, e subido os rios Jari e Paru para escapar à perseguição portuguesa. Ao sul do rio Amazonas a família Tupí-Guaraní tem suas línguas distribuídas por todos os grandes afluentes a partir do Madeira até o Tocantins.

A localização destas línguas é tipicamente nos altos cursos, sobretudo nos formadores dos afluentes meridionais do Amazonas, desde o Mamoré mais a oeste até o Xingu e o Araguaia e Tocantins a leste. Entre o Xingu e o Tocantins, entretanto, há também um espaço Tupí-Guaraní mais setentrional, que pelo Xingu abaixo se aproxima do rio Amazonas e que, do baixo Tocantins se estende para leste até o Gurupí e mesmo o Pindaré, no Maranhão. As línguas Wayampí, Emérillon e Yo'é procedem historicamente desse complexo de línguas do baixo Xingu. Assim, as línguas da família Tupí-Guaraní se caracterizam, na Amazônia, por uma distribuição que, ao menos hoje, atravessa de oeste a leste o centro do continente, pelos altos cursos dos afluentes meridionais. Só dois subgrupos desta família se encontravam, já no século XVI, fora da Amazônia: o complexo dialetal Guaraní, estabelecido na bacia dos rios Paraguai e Paraná, e o complexo dialetal Tupinambá, que ocupava o litoral atlântico desde o sudoeste do Brasil até a foz do Tocantins.

Entretanto, ainda na Amazônia, duas outras línguas tupi-guaranis foram encontradas bem no vale do rio Amazonas: o Tupinambarána e o Kokáma/Omágua. Embora não tenhamos nenhum documento da língua dos índios Tupinambarána, parece certo que era o próprio Tupinambá da costa atlântica e mais provavelmente da costa de Pernambuco, levado ainda no século XVI para a Ilha de Tupinambarana logo abaixo de Manaus, por uma maciça migração de índios Tupinambá que fugiam do terror que passaram a representar os portugueses (Métraux 1927:22-24). Já a situação da língua Kokáma/Omágua é mais problemática. Os Omágua são um dos grandes povos encontrados no curso do Amazonas pelos primeiros navegantes europeus desse rio, nos séculos XVI e XVII, quando se estendiam desde a atual fronteira do Peru com o Brasil até abaixo da foz do Jutai (Porro 1993:13). A língua por eles falada só foi documentada quando foram missionados nos séculos XVII e XVIII por jesuítas espanhóis, e os documentos que se preservaram revelam que essa língua das missões é essencialmente a mesma que a dos Kokáma, ainda hoje com falantes no Solimões e Maraón. Ela é, entretanto, inequivocamente o produto de um cruzamento entre uma língua como o Tupinambá e outra língua até agora não identificada, talvez da família Aruák (Rodrigues 1984/85:43-44; Cabral 1995), um cruzamento que só pode ter-se dado como consequência da migração de um povo Tupí-Guarani, subindo o Amazonas da mesma forma como o fizeram os Tupinambarána e aqueles Tupinambá que chegaram a Iquitos e

a Chachapoyas no século XVI (Porro 1993:32; cf. "Carta de Diogo Nunes a D. João III de Portugal", *apud* Porro 1993:33-35).

A oeste, na bacia do Madeira, estão o Guaráyo (ou Guarayú), o Pauserna (ou Guarasú) e o Sirionó nos formadores do Mamoré e no Guaporé; mais a leste, ainda na bacia do Madeira, estão hoje os falantes da língua Kawahíwa, certamente emigrados no século passado dos formadores do Tapajós.

O único grande complexo genético de famílias lingüísticas amazônicas claramente estabelecido é o tronco Tupí (v. Rodrigues 1995), que compreende a família Tupí-Guaraní e mais nove outras famílias. Em contraste com a amplíssima distribuição da família Tupí-Guaraní, as outras nove ocupam áreas bastante limitadas. Destas, cinco - Arikém, Mondé, Ramaráma, Tuparí e Puruborá - se situam no atual Estado de Rondônia, isto é, imediatamente a leste do alto Madeira e do Guaporé. Entre o baixo Madeira e o baixo Tapajós está a família Maué; estendendo-se do médio Madeira ao Tapajós e ao Iriri, afluente esquerdo do Xingu, fica a família Mundurukú; antigamente no baixo e médio, agora no alto Xingu, a família Jurúna; e, ainda no alto Xingu, a família Awetí. Puruborá, Mawé e Awetí são famílias de uma só língua cada uma.

As demais famílias lingüísticas da Amazônia distribuem-se umas ao norte e outras ao sul do grande rio. Com exceção de duas, a família Yanomámi (antigamente chamada Xiriána), ao norte, no limite montanhoso que separa a bacia amazônica da bacia do Orinoco entre o Brasil e a Venezuela, e a família Nambikwára, ao sul, nos formadores ocidentais do Tapajós e nos orientais do Madeira, ambas ocupando posições relativamente centrais na orientação leste-oeste, e da língua isolada Trumái, no alto Xingu, todas as outras famílias amazônicas têm uma localização de central para ocidental. O Trumái é a única língua na Amazônia oriental que não pertence a nenhuma das três grandes famílias amazônicas, Aruák, Karíb e Tupí-Guaraní, nem à invasora família Jê.

No alto Juruena acham-se o Irántxe (Mynky) e o Rikbaktsá, geograficamente próximos a línguas das famílias Tupí-Guaraní, Aruák e Nambikwára. No médio Madeira assinalamos a família Múra, ao que tudo indica hoje reduzida a uma só língua, o Pirahã. No alto Madeira e seus formadores Mamoré e Guaporé, há um grande número de pequenas famílias e línguas isoladas, como Txapakura (Chapacura), Jabutí, Kanoê (Kapixaná), Aikaná (Warí, Masaká), Koaiá (Koazá), Itonama, Kanichana, Movima, Mosestén, Leko, Kayuvava, Yurakare, Chiquito (Chiquitano), Tuyoneri (Harakmbet). Entre o Madeira e o Purus, onde no passado prevalecia a família Múra, não há hoje nenhuma língua indígena mais. Ao longo do curso do Solimões/Marañón, da boca do Purus até acima do Javari, na fronteira da Colômbia com o Peru, estende-se a língua Tukúna (Tikúna), que constitui uma família por si. No amplo espaço que vai do Purus, passando pelo Coari, Tefé e Juruá, até o Jutai, entremeiam-se as línguas das famílias Katukina e Arawá, e algumas da família Aruák, a maioria delas hoje restritas aos médios e altos cursos desses rios. Do Jutai até o Ucayali estende-se a família Pano, a qual, pelo sul das famílias Katukina e Arawá, avança para leste e tem um sub-grupo de línguas no rio Madre de Dios e no alto Madeira. Ao sul destas últimas se situa a família Takana, geneticamente cognata da família Páno.

Ao norte do rio Amazonas, afora a família Yanomámi, que se situa, em parte, em afluentes dos rios Branco e Negro, vamos encontrar outras famílias somente a oeste do rio Negro. A primeira delas é a família Makú (ou Puinave ou Makú-Puinave), entre o Japurá e o Uaupés, mas com uma língua no Inírida, na bacia do Orinoco. A seguir a família Tukáno, que tem seu ramo oriental principalmente nos rios Uaupés e Tiquié e o ramo ocidental sobretudo no Putumayo. Subindo o Putumayo, o Caquetá e o Napo,

há um grande número de famílias menores, como Witóto, Bóra, Miránha, Sabela, Taushiro, Yagua, Záparo, Urarina, Munichí, Kandoshi, Shuar (Jívaro).

Esta longa enumeração compreendeu 52 famílias lingüísticas. O número de línguas em cada família varia de uma a cerca de 40. Ao todo a quantidade de línguas amazônicas é de cerca de XXXX

3. A perspectiva histórico-política.

O quadro de distribuição das famílias lingüísticas na Amazônia que acaba de ser apresentado não representa senão o momento atual de um processo histórico em pleno desenvolvimento e que reflete relações políticas dos povos indígenas entre si e de cada um deles com os invasores europeus que passaram a disputar o domínio desta região a partir do século XVI. Uma olhada num mapa que registre os povos e línguas indígenas atuais, revela desde logo um fato impressionante: quase não há povos indígenas e, portanto, tampouco línguas, ao longo do vale do Amazonas, nem em boa parte de seus afluentes mais orientais. A maior concentração de povos e línguas indígenas está nos altos cursos dos rios: o mais longe possível da grande via navegável que é o Amazonas (Rodrigues 1993a, 1993b).

Além disso, há algumas áreas de grande heterogeneidade lingüística, isto é, onde famílias lingüísticas diferentes compartilham espaços relativamente limitados: (a) o alto Xingu, onde convivem povos que falam línguas das famílias Aruák, Karíb, Tupí-Guaraní, Awetí e Trumái, e para onde confluem povos das famílias Jurúna e Jê; (b) o alto Madeira e o vale do Guaporé, onde se encontram representantes das famílias Txapakúra, Karitiána, Mondé, Tuparí, Ramaráma, Puruborá, Jabutí, Kanoê, Koaiá, Aikaná, e para onde confluem povos das famílias Páno, Tupí-Guaraní e Nambikwára; (c) os formadores do Mamoré, onde se encontram as famílias Takána, Itonama, Kanichana, Móvima, Mosetén, Leko, Kayuvava, Yurakare, Chiquito, Tuyoneri, assim como línguas das famílias Tupí-Guaraní e Aruák; (d) os altos cursos dos afluentes setentrionais mais a oeste - o Japurá/Caquetá, o Içá/Putumayo e o Napo, onde se encontra a maior parte das famílias lingüísticas norte-amazônicas; (e) a região do alto rio Branco e da Serra Parima, onde se concentram em torno da família Yanomámi representantes das famílias Karíb e Aruák e línguas isoladas como o Máku, o Kaliána e o Awakê (ou Orutaní). Essas áreas de concentração de famílias lingüísticas contrastam fortemente com os grandes vazios lingüísticos que caracterizam hoje grande parte da Amazônia central e são, naturalmente, uma das conseqüências do despovoamento que nesta se produziu. Tais áreas podem ser compreendidas como áreas de refúgio humano, não devido a mudanças climáticas antiqüíssimas (algumas podem tê-lo sido também em tempos pré-históricos), mas devido à ocupação violenta das terras mais acessíveis a partir do rio Amazonas nos últimos quatrocentos anos.

É muito provável que a maior parte dos casos de coalescência de muitas famílias lingüísticas numa mesma área seja o produto relativamente recente do processo de ocupação européia da Amazônia, o qual se iniciou mais efetivamente e da forma mais violenta, no começo do século XVII, quando os portugueses se puseram a explorar intensamente certos produtos naturais e sobretudo a força de trabalho dos povos indígenas reduzidos à escravidão. Outra conseqüência lingüística da política européia na Amazônia é provavelmente o grande número de línguas isoladas, isto é, de famílias lingüísticas reduzidas a um único membro. Embora algumas línguas isoladas possam ter resultado de situações que precederam a entrada dos europeus, o número de línguas isoladas na

Amazônia é muito grande para deixar de ser relacionado com a invasão européia. Afinal, ainda hoje estamos testemunhando a redução de famílias lingüísticas a um só membro, ou seja, à transformação de famílias em línguas isoladas: com o desaparecimento do Maxubí, nos últimos 50 anos, o Kanoê ficou sendo a única língua de sua família, e o mesmo aconteceu com o Karitiána, ao desaparecer o Arikém, e com o Yagua, ao desaparecerem o Peba e o Yameo; quando morrer o último conhecedor de Umutina, já com mais de 60 anos de idade, o Boróro oriental passará a ser a única língua da família Boróro; analogamente o Mundurukú e o Jurúna estão a poucos anos de tornar-se línguas únicas em suas respectivas famílias, pois já não há mais transmissão das suas irmãs Kuruáya e Xipáya, respectivamente. Mais drasticamente, quando morre o último falante de uma língua isolada, consuma-se o último ato da morte de toda uma família lingüística. Isto nos leva à pergunta: quantas famílias lingüísticas terão desaparecido na Amazônia nestes quatrocentos anos de choques dos europeus e europeizados contra os povos indígenas?

Há-se de concluir que o panorama das línguas amazônicas hoje com certeza difere consideravelmente da situação que prevalecia antes da chegada dos europeus. Há quinhentos anos não só o número de línguas e de famílias lingüísticas deve ter sido maior (cf. Rodrigues 1993a, 1993b), mas também grande parte das línguas deve ter sido mais populosa. Sempre, na história da humanidade, deve ter havido línguas com poucos falantes e aproximando-se do desaparecimento, mas não como na Amazônia de hoje, em que a média de falantes por língua é de aproximadamente 100. Aqui quase todas as línguas são anêmicas, falta-lhes o sangue das populações, e essa anemia aqui é epidêmica. Quase nenhuma língua escapou à grande sangria levada a todas as partes, a todos os refúgios, pelas políticas de conquista da Amazônia.

4. A perspectiva pré-histórica.

Dado que desapareceram muitas línguas e mesmo, provavelmente, algumas famílias lingüísticas, e dado que das línguas que sobreviveram, muitas devem ter-se deslocado significativamente das posições que ocupavam no século XVI, não é mais possível formar-se idéia muito aproximada do panorama lingüístico da Amazônia naquela época. Mas, com base no estudo histórico-comparativo das línguas que ainda podemos documentar e analisar, é possível descobrir relações pré-históricas entre muitas delas e perceber alguns dos grandes deslocamentos migratórios que precederam de séculos a chegada dos europeus e que contribuíram tanto para o panorama do século XVI, como para o atual, já que este se deriva daquele.

Os estudos histórico-comparativos das línguas amazônicas estão ainda num estágio muito incipiente e só vão progredir mais decididamente quando os estudos descritivos se intensificarem e cobrirem a grande maioria das línguas da região. Isto ainda não aconteceu, mas há agora sinais claros de que já começa efetivamente a desenvolver-se, com a formação mais sistemática, em alguns dos países amazônicos, de lingüistas realmente preparados para as tarefas de documentação, análise e interpretação dos dados lingüísticos.

Entretanto, mesmo no estado atual de nosso conhecimento é possível levantar questões relevantes para a pesquisa histórica e da pré-história. Algumas podem colocar-se desde logo mesmo para o observador menos informado: p. ex., a ampla distribuição geográfica de cada uma das três famílias maiores implica necessariamente grandes e múltiplos movimentos migratórios, já que o pressuposto implícito ou explícito no reconhecimento de uma família lingüística é a origem comum de todos os

seus membros. Para a família Aruák, que se acha substancialmente representada tanto ao sul como ao norte do rio Amazonas, a primeira grande pergunta é: onde estavam os falantes do Proto-Aruák, a língua pré-histórica a partir da qual, por um longo processo de separações sucessivas, foi-se constituindo o grande conjunto que, com cerca de uma centena de línguas, ocupa grande parte do sul e do norte da Amazônia e ainda extravasa dela tanto mais ao sul como mais ao norte? Essa pergunta vai ser, necessariamente, o móvel de muito pesquisa histórico-comparativa, embora a aproximação a uma resposta só possa ser alcançada depois de respondidas muitas outras questões de nível intermediário.

No caso da família Karíb, que se apresenta com um substancial predomínio ao norte do Amazonas e com sua distribuição no sul limitada ao vale do rio Xingu, parece intuitivo propor-lhe um ponto de partida e de expansão no norte da América do Sul. Esta parece ter sido, em geral, a visão dos antropólogos que estudam as sociedades e as culturas da família Karíb. Há, entretanto, fatos lingüísticos que nos levam a questionar essa primeira impressão. Vou limitar-me a mencionar um só, a título de exemplo, o qual implica menor profundidade temporal, isto é, menor antigüidade. A família Tupí-Guaraní, como um todo, tem em comum com um grande número de línguas da família Karíb, sobretudo norte-amazônicas, perto de uma centena de nomes de plantas, animais e objetos culturais (Rodrigues 1985). Essas palavras não são encontradas nas línguas das outras nove famílias que, com a Tupí-Guaraní, constituem o tronco Tupí; logo, na família Tupí-Guaraní elas devem ser consideradas como elementos não herdados do Proto-Tupí, mas sim tomados por empréstimo de alguma outra língua em certo momento da história. Se a natureza semântica das palavras em questão aponta fortemente no sentido de que se trata de empréstimos, a forma fonológica da maioria delas também as denuncia como elementos atípicos no vocabulário tupí-guaraní: enquanto neste predominam as raízes de uma e duas sílabas, as raízes daquelas palavras são quase todas de três e quatro sílabas. Como esse conjunto de palavras está presente em todos os subgrupos da família Tupí-Guaraní, o momento em que se deram os empréstimos deve mais provavelmente preceder a dispersão das línguas da família, isto é, deve remontar ao Proto-Tupí-Guaraní, uma língua pré-histórica já diferenciada das que deram origem às outras famílias do tronco Tupí, mas ainda essencialmente uma antes de diferenciar-se nas muitas línguas tupí-guaraní que hoje conhecemos.

Agora, se as referidas palavras se encontram também, e como conjunto, em línguas da família Karíb, é possível que a fonte dos empréstimos tomados pelo Proto-Tupí-Guaraní tenha sido uma língua daquela família. É claro que não se pode excluir, de antemão, uma hipótese alternativa, que seria a de uma terceira fonte dos empréstimos, que os tivesse passado independentemente ao Proto-Tupí-Guaraní e a uma língua karíb. A presença de pelo menos algumas dessas palavras em certas línguas da família Aruák poderia estimular o exame dessa hipótese, mas ao que parece se trata apenas de algumas línguas aruák norte-amazônicas, as quais possivelmente as receberam de suas vizinhas da família Karíb. É, portanto, bastante provável - embora ainda não absolutamente concluído - que o Proto-Tupí-Guaraní tenha recebido o referido conjunto de empréstimos de uma língua Karíb. Mas onde? É mais provável que tenha sido ao sul do rio Amazonas, visto que não só a família Tupí-Guaraní é tipicamente sul-amazônica, mas também todas as demais famílias do tronco Tupí, a que ela pertence, se acham exclusivamente ao sul daquele rio. Como há um pequeno conjunto de línguas Karíb no vale do rio Xingu, este seria um candidato a fornecedor dos empréstimos. Mas, para que pudesse ser o fornecedor, deveria seu ancestral estar ao sul do Amazonas já nos tempos pré-históricos do Proto-Tupí-Guaraní. Já estaria a família Karíb dividida, naquele passado remoto, em línguas ao sul e ao norte do

Amazonas, ou estaria toda, já dividida ou ainda não, somente no sul? Esta pergunta, para cuja resposta ainda vamos depender do melhor conhecimento das relações internas na família Karíb e, mais em particular, do melhor conhecimento dos três subgrupos de línguas karíb do Xingu, ressuscita, de certa maneira, a questão levantada pelo antropólogo e lingüista que descobriu e demonstrou o parentesco genético entre as línguas karíb do Xingu e as do norte do continente. Karl von den Steinen, em 1884, já aventou, com outros argumentos, a hipótese de que o ponto de dispersão da família Karíb pudesse ter sido no centro do continente, bem ao sul do rio Amazonas (Steinen 1884).

Este exemplo, ainda que complexo, ou justamente por isso, pode dar idéia do amplo espectro de pesquisas que se abre diante dos lingüistas que queiram contribuir para o que é e o que foi a Amazônia em termos de suas línguas e, por implicação necessária, dos povos e das culturas que aqui se desenvolveram e, dadas condições políticas adequadas, podem continuar a desenvolver-se.